

SOUSA GALITO, Maria (2011). Âmbito Económico da CPLP. *CI-CPRI*, AI, N°14, pp. 1-19.

AI: Artigo de Investigação



Âmbito Económico da CPLP

ÍNDICE

Introdução	1
1. Conselho Empresarial da CPLP	1
2. ELO e SOFID	6
3. Confederação Empresarial da CPLP	7
4. Hierarquia de Prioridades	10
5. Análise SWOT	13
Conclusão	17
Bibliografia	18

Introdução

O artigo analisa o propósito da constituição, em 2004, do Conselho Empresarial da CPLP. O qual, não sendo um órgão da instituição, se afirma como o seu pilar económico, com o propósito de conjugar esforços em prol dos objectivos prioritários da organização internacional a que está associado.

O Conselho Empresarial foi recentemente transformado na Confederação Empresarial da CPLP, cujo processo de evolução é contextualizado em função das necessidades prementes vividas pela organização internacional lusófona.

Ao que se segue uma análise sobre a hierarquia de prioridades no espaço da CPLP, bem como uma análise SWOT, sobre as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças ao comércio e ao investimento no seio da Lusofonia.

1. Conselho Empresarial da CPLP

A CPLP tem sido um projecto em permanente evolução, desde a sua criação em 1996. A vertente económica do projecto não era a princípio, todavia, uma prioridade – pois os primados pareciam ser a valorização da língua comum e a concertação político-diplomática.

O presidente da ELO, o Dr. Francisco Murteira Nabo (2010) reconhece-o em entrevista: «A CPLP criou-se, a componente política intensificou-se, a componente linguística desenvolveu-se, a vertente cultural também, a económica nem tanto.»¹

Foi então que o debate se intensificou, em prol da criação de um Conselho Empresarial da CPLP que pudesse conferir um impulso nesta matéria. A questão surgiu durante o *I Fórum Empresarial da CPLP*, realizado em Lisboa, entre 27/28 de Junho de 2002, e foi endossada pela VII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em Julho desse

¹ Francisco Murteira Nabo *apud* SOUSA GALITO, Maria (2010c). Entrevista ao Dr. Francisco Murteira Nabo. *CI-CPRI, ENT-CPLP*, N.º13, p. 1.

mesmo ano, com o objectivo de desenvolver uma dimensão económica e de cooperação empresarial no espaço da CPLP.

O Conselho Empresarial da CPLP (CEcplp) era uma associação sem fins lucrativos, que almejava impulsionar relações empresariais no espaço lusófono, ao fomentar o comércio e o investimento entre Estados-membros da CPLP e os respectivos blocos regionais de que cada qual fazia parte, através de parcerias estratégicas².

O primeiro Fórum do Conselho Empresarial realizou-se a 27/28 de Junho de 2002, em Lisboa, e reuniu 350 empresários dos Estados-membros da CPLP, numa iniciativa conjunta dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros (MNE) e da Economia (ME), e da Associação para o Desenvolvimento Económico e Cooperação (ELO).

O CEcplp era um projecto conjunto de associações empresariais (ver Figura 1) que visava o reforço da confiança entre agentes económicos e a dinamização do tecido empresarial. Ambicionava o eficaz funcionamento dos mercados, o abatimento das assimetrias, a redução dos índices de pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Figura 1: Associações do Conselho Empresarial da CPLP

- Associação Industrial de Angola (Angola)
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Brasil)
- Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (Cabo Verde)
- Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné-Bissau (Guiné-Bissau)
- Associação Industrial de Moçambique (Moçambique)
- ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (Portugal)
- Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de São Tomé e Príncipe (São Tomé e Príncipe)
- Associação Nacional dos Empresários de Timor-Leste (Timor-Leste).

Fonte: CPLP (2009)

² Cf. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2004). Estatutos do conselho Empresarial da CPLP, Economia e Empresas. URL: <http://www.cplp.org/id-396.aspx>

Para o levar a afeito, o CEcplp perscrutava uma negociação dos recursos financeiros multilaterais para financiamento do desenvolvimento económico, ao capitalizar no conhecimento das instituições financeiras dos seus Estados membros.

O CEcplp actuava com conhecimento do acordo preestabelecido entre o *Commonwealth Business Council* e o *Forum Francophone des Affaires* para projectar uma actuação internacional comum no âmbito do *Acordo de Cotonou*, estabelecido entre a União Europeia e os Estados de África, Caraíbas e Pacífico [ACP].

O CEcplp operava através de instituições financeiras dos Estados membros da CPLP, sobre fundos disponíveis no Banco Europeu de Investimento para as empresas dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

O CEcplp examinava os mecanismos de canalização dos recursos financeiros afectos à política europeia de cooperação e apoio ao desenvolvimento dos Estados membros da CPLP. E apoiava os países da CPLP a terem acesso rápido aos Fundos Europeus para o Desenvolvimento (FED), mormente os destinados ao sector privado.

Ainda num contexto multilateral, o CEcplp tentava o acompanhamento das actividades desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), nomeadamente no seio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Almejava associar-se ao *NEPAD Business Group (Business in Support of Africa's Development)*, e cooperar nos fóruns do Banco Asiático de Desenvolvimento, do Banco Africano de Desenvolvimento para o Sector Privado, do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Sector Privado e do Grupo Banco Mundial para o Sector Privado.

Levando em consideração o elevado potencial da economia chinesa e uma vez que Macau é parte integrante da China desde 1999, o CEcplp seguia as actividades do *Fórum da Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa*, precisamente com sede em Macau.

O CEcplp analisava regularmente os mercados com o objectivo de identificar as principais vantagens e desvantagens vividas pelas empresas para, em sua consequência,

propor aos Governos dos Estados-membros da CPLP medidas e soluções que possam aperfeiçoar o sistema e abrir portas à eficaz circulação de bens, serviços e pessoas.

Portanto, o CEcplp examinava projectos capazes de satisfazer as necessidades dos Estados membros da CPLP e apoiava a sua implementação, ao avaliar mecanismos financeiros inovadores dos agentes económicos, em particular das pequenas e médias empresas (PME).

No entender do Dr. Francisco Mantero (2009a), secretário-geral do Conselho Empresarial da CPLP, os principais objectivos da instituição: «(...) estão a ser cumpridos, tendo em conta os meios disponíveis que não são muitos (...) para não dizer quase inexistentes.»³

Qual o balanço das suas actividades? Não muito positivo, pela falta de uma coordenação centralizada. Razão pela qual se cimentou o projecto da Confederação Empresarial. Francisco Murteira Nabo (2010) reconhece a situação:

«O Conselho Empresarial foi criado mas nunca conseguiu ter uma acção coordenada que promovesse, de facto, as relações económicas e financeiras entre países de língua portuguesa. E da CPLP com o exterior. A pedido do próprio Conselho de Ministros da CPLP, o Conselho Empresarial da CPLP foi reequacionado.»⁴

Mas os agentes responsáveis pela pasta económica estavam conscientes da realidade e foram capazes de agir mediante os desafios. Não ficaram amorfos à dificuldades, nem baixaram os braços. Pelo contrário, mostraram-se observadores e capazes de gerar a mudança *como e quando* esta era necessária.

Miguel Mkaima (2010) resume a questão, ao contextualizar o período da criação do Conselho Empresarial da CPLP – “numa altura com condicionalismos apropriados” – e explicar que os resultados foram consentâneos com as contrariedades enfrentadas⁵ e

³ Francisco Mantero *apud* SOUSA GALITO, Maria (2009a). Entrevista ao Dr. Francisco Mantero. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N.º1, p. 1.

⁴ Francisco Murteira Nabo *apud* SOUSA GALITO, Maria (2010c), *op. cit.*, p. 2

⁵ «O Conselho Empresarial nasceu numa altura com condicionalismos apropriados e fez o que pôde fazer. Realizou as suas actividades ao seu nível, enfrentou várias dificuldades mas não conseguiu uma forte

louvou o discernimento dos membros do Conselho Empresarial para tomar uma atitude e gerar uma mudança necessária e “profunda”⁶.

Resumindo, o CEcplp era uma estrutura organizada, com edifício próprio, que estimulava parcerias estratégicas nos mercados da CPLP. Apoiava associações empresariais e investigava novas formas de financiamento, contribuindo para uma maior circulação de informação e de formação de recursos humanos. O que potenciava facilidades ao nível da criação de empresas e ao aumento da empregabilidade, informação qualificada sobre benefícios fiscais, obtenção de subsídios ou repatriamento de capitais.

O CEcplp pretendia afirmar-se como pilar económico da CPLP, com actividade institucional disponível às associações e instituições privadas e públicas que participavam no grande espaço da lusofonia. Mas o projecto não parecia adequar-se às necessidades de terreno e por isso foi reformado.

2. ELO e SOFID

Em representação de Portugal, havia a ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação – criada com o objectivo de impulsionar o intercâmbio económico-social, cultural e científico entre Portugal e os países em vias de desenvolvimento (sobretudo dos Estados-membros da CPLP).

A ELO ajudava a fortalecer as relações empresariais no contexto bilateral, mas também multilateral – levando em consideração as regras estabelecidas pela Convenção de Cotonou (União Europeia/ Estados de África, Caraíbas e Pacífico).

Foi atribuído um mandato à ELO pelo seu Conselho de Ministros (das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros), reunido em Brasília em Julho de 2002. A ELO

inserção empresarial nos estados-membros da CPLP.» [Miguel Mkaima *apud* SOUSA GALITO, Maria (2010a). Entrevista ao Embaixador Miguel Costa Mkaima. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°8, p. 4]

⁶ *Id. Ibid.*

participou nos trabalhos de constituição do Conselho Empresarial da CPLP, no dia 4 de Junho de 2004.

Em Portugal foi ainda criada a SOFID, Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, que era uma empresa pública (Estado português como accionista maioritário) e uma instituição Financeira de Crédito (IFIC) sob a forma de sociedade anónima, cujas actividades eram supervisionadas pelo Banco de Portugal, e pela Direcção Geral do Tesouro e das Finanças Portuguesa.

Figura 2: SOFID⁷

No contexto português, foi recentemente criada a SOFID, Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, que é uma instituição Financeira de Crédito (IFIC) sob a forma de sociedade anónima. É uma empresa pública porque o Estado português é accionista maioritário. Nesta medida, as suas actividades são fiscalizadas pela Direcção Geral do Tesouro e das Finanças Portuguesa, e pelo Banco de Portugal.

A SOFID presta serviços de consultoria e promove os seus serviços em prol do desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, através da concessão de empréstimos, concessão de garantias e na eventual participação temporária no capital social de empresas.

Fonte: SOFID (2009)

3. Confederação Empresarial da CPLP

Os empresários da CPLP decidiram por unanimidade e em reunião da Assembleia-Geral extraordinária do Conselho Empresarial da CPLP, realizada dia 13 de Dezembro de 2009, em Bissau, transformar o até então Conselho Empresarial da CPLP numa Confederação Empresarial⁸, com o objectivo de fomentar as trocas comerciais entre os Estados-membros.

⁷ SOCIEDADE PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO (S/d). Objecto Social. *Instituição Financeira de Crédito SA, A SOFID*. URL: <<http://www.sofid.pt>>

⁸ Cf. CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DA CPLP. URL: <http://www.cccplp.org/>

Os corpos sociais do Conselho Empresarial transitaram automaticamente para as estruturas da Confederação, e foi discutido um fundo financeiro (cujo montante ainda não está definido) para dar cobertura às actividades da estrutura entretanto criada.

A materialização da ideia da Confederação foi considerada um passo necessário na evolução da CPLP. Francisco Murteira Nabo (2010) mostra algum alívio, agora que o projecto da Confederação foi finalmente concretizado: «A Confederação começou por ser uma aspiração, um projecto adiado. Finalmente foi criada no dia 22 de Março (de 2010), foi feita a escritura pública, em Lisboa, e assinada.»⁹

A Confederação foi, pois, assinada. A tomada de posse dos órgãos sociais da Confederação Empresarial da CPLP realiza-se na Cimeira de Luanda em Julho de 2010. A estrutura logística de apoio fica em Lisboa. A Presidência da é rotativa, sendo que a ELO representa Portugal nos primeiros dois anos de actividade da referida Confederação. Escolhem-se mormente os Conselhos Sectoriais e a Direcção, mas também o Conselho de Estratégia.

O papel do Conselho de Estratégia é considerado essencial, nesta fase embrionária. Francisco Murteira Nabo (2010) alerta: « (...) a Confederação só estará viva no dia em que tiver um plano estratégico e uma estrutura que funcione com informação permanente e actualizada.»¹⁰

A ideia é reforçar o diálogo e a cooperação económica e empresarial entre os Estados-membros, mas também tornar esse esforço mais profícuo do ponto de vista dos resultados efectivos. O que pode implicar condições legislativas mais favoráveis ao comércio, ao investimento e à mobilidade. Mas também uma disponibilidade acrescida por parte do tecido empresarial em colocar nas suas agendas a necessidade de interagir no âmbito do quadro da CPLP.

Terá sede em Lisboa. Esta nova estrutura representativa visa ser um *espaço de encontro*, uma *plataforma de negócios*. Tem como objectivos uma maior coordenação de associações empresariais e empresas dos países membros. Será um espaço para definir

⁹ Francisco Murteira Nabo *apud* SOUSA GALITO, Maria (2010c), *op. cit.*, p. 2.

¹⁰ *Id. Ibid.*, p. 3

estratégias comuns, organizar debates, e conferências e assumir a representação empresarial da CPLP nas organizações internacionais ligadas ao mundo dos negócios.

À margem do V Encontro Empresarial de negócios de Língua Portuguesa que decorreu em Fortaleza, Brasil a 28 e 29 de Setembro de 2009, foi agendada uma reunião extraordinária do Conselho Empresarial da CPLP para debater as questões relacionadas com a futura Confederação, tais como o Plano de actividades e o Orçamento.

Na opinião do Embaixador de Moçambique, Miguel Mkaima (2010) a Confederação Empresarial prossegue uma linha de orientação renovadora no seio da CPLP a favor da transformação da CPLP numa comunidade mais preocupada em apoiar as actividades empresariais no espaço lusófono¹¹.

Não obstante, o representante da Missão do Brasil na CPLP, o Dr. Luís Cláudio dos Santos (2010) encolheu os braços em relação aos resultados práticos que poderão advir na sequência de transformar o Conselho Empresarial numa Confederação e declarou: «De novo é um processo. Neste momento, o resultado prático é a mudança de nome. Mais do que causa de algo, é sintoma de algo.»¹²

Perante a pergunta sobre se essa mutação seria estratégica, Luís Cláudio dos Santos (2010) respondeu de forma abrangente, quase filosófica: «É um aprofundamento. É sintoma de um processo em andamento. “Agora mudou, vai ser assim”. Não. “Como está sendo assim, está mudando”».¹³

E como poderá o sistema mudar? O objectivo é que as associações empresariais disponham de uma estrutura duradoira, estável e profissional, que coloque os empresários em contacto uns com os outros, por exemplo, através de um portal específico na Internet, a criar e desenvolver no futuro próximo.

¹¹ «Saúdo a forma clara e aberta com que os seus membros enfrentaram a situação e transformaram o Conselho Empresarial numa Confederação Empresarial. Entendo esta atitude como uma mudança profunda da acção empresarial dos nossos países, também levando em consideração o contexto actual das relações entre Moçambique e Portugal, entre Moçambique e o Brasil, etc. Considero que a Confederação Empresarial da CPLP procura seguir esta caminhada para contribuir para a transformação da CPLP numa comunidade que terá como o seu prato forte a acção empresarial dos nossos países.» [Miguel Mkaima *apud* SOUSA GALITO, Maria (2010a), *op. cit.*, p. 4]

¹² Luís Cláudio Santos *apud* SOUSA GALITO, Maria (2010b). Entrevista ao Prof. Dr. Luís Cláudio Gomes Santos. *CI-CPRI, ENT-CPLP, N°12*, p. 6.

¹³ *Id. Ibid.*, pp. 6-7.

Pretende-se um sistema informatizado, célere e permanentemente actualizado que sirva os reais interesses dos associados da Confederação. Assim passaria a funcionar uma rede de contactos e de informações que se almeja útil e reconhecida enquanto tal pelos agentes que a ela recorram. Ou *possam recorrer*, porque o pacote poderá incluir informação classificada e privilegiada, que não estará certamente disponível ao grande público mas apenas acessível aos associados da Confederação.

Agora os representantes dos Estados-membros parecem aguardar, portanto, pragmaticamente pela evolução da Confederação. Importa verificar, numa perspectiva de médio prazo, se os resultados (a serem obtidos) suplantam os que, em igual período, foram obtidos pelo Conselho Empresarial da CPLP.

Afinal, poderá ter-se inaugurado uma *nova era a nível empresarial* no seio da CPLP, no qual cada país pode potenciar a sua integração na sua organização regional a favor dos demais estados lusófonos.

4. Hierarquia de Prioridades

A CPLP assenta em três pilares: I) a concertação político-diplomática; II) a cooperação multiforme entre os Estados-Membros; III) a promoção e difusão da língua portuguesa. O que não inviabiliza que os seus Estados-Membros confirmem prioridades diferentes aos três pilares da CPLP. As que se resumem na Tabela 1.

Tabela 1: Países da CPLP por hierarquia das suas prioridades

Países/ Hierarquia de Prioridades	Concertação Político- Diplomática	Cooperação Técnico- Cultural	Situação do seu Desenvolvimento Económico
Angola	Terceira	Primeira	Segunda
Brasil	Segunda	Primeira	Terceira
Cabo Verde	Terceira	Segunda	Primeira
Guiné-Bissau	Terceira	Segunda	Primeira
Moçambique	Terceira	Segunda	Primeira
Portugal	Primeira	Segunda	Terceira
S. Tomé e Príncipe	Terceira	Segunda	Primeira

Fonte : ENNES FERREIRA e ALMAS (1997)

Com base na tabela 1, podemos constatar que os primados divergem de Estado para Estado. O que se compreende, uma vez que os oito países lusófonos são diferentes e independentes e prosseguem o seu interesse nacional nas negociações dos acordos entre as partes, pelo que nem sempre possuem iguais prioridades.

Segundo Ennes Ferreira e Almas (1997), e no que concerne especificamente ao II pilar da CPLP, os Estados parecem colocar as questões relacionadas com a cooperação técnico-cultural no topo das suas preocupações (Angola e Brasil) ou em segundo lugar (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe). Portanto, é um tema relevante para o conjunto dos Estados-membros.

O reforço da cooperação (II Pilar da CPLP)¹⁴ entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe tem sido aprofundado ao nível económico e científico-tecnológico. Até porque a CPLP tem impulsionado uma visão política, de solidariedade entre os Estados-Membros. Mas as medidas promovidas continuam limitadas¹⁵.

A criação do CEcplp foi um avanço no sentido de promover a cooperação, neste caso entre empreendedores da CPLP e suas associações. Mas se o CEcplp actua no âmbito da CPLP, não é um órgão da CPLP.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC) reúne as unidades dos Estados-membros da CPLP, encarregues da coordenação da cooperação no âmbito da CPLP (por exemplo, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o IPAD, é o ponto focal português). Compete à RPFC, enquanto órgão da CPLP e de acordo com o artigo 19º

¹⁴ «Este pilar de intervenção da CPLP tem conhecido progressos importantes com a organização de reuniões sectoriais, ministeriais e interinstitucionais, que permitiram identificar os sectores prioritários (...) Portugal, tal como o Brasil, enquanto países dadores, têm tido um papel activo no quadro de ajuda ao desenvolvimento dos parceiros africanos da CPLP, mobilizando recursos interna e externamente nas organizações internacionais e regionais de cooperação para o desenvolvimento (...)» [CARLOS, António S. (2001). Uma organização sólida e genuína. *Boletim CPLP*, Edição Especial V Aniversário, Ano V, N.º 8, Julho, p. 12]

¹⁵ «(...) a menos de um ano da sua criação, a CPLP está confrontada com um certo número de problemas. Uns simples e de ordem conjuntural (logística, meios financeiros e humanos), outros mais inquietantes: ainda não existe definição de projectos e programas capazes de estruturar uma acção coerente comum, nem no domínio económico, nem nos domínios técnico e cultural.» [ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997). *Les Contours Économiques de la CPLP. Lusotopie*, Éditions L'Harmattan; p. 11]

dos Estatutos, assessorar os demais órgãos da Comunidade em todos os assuntos relativos a estas matérias.

A CPLP visa criar uma efectiva cooperação económico-financeira entre os seus Estados-membros, entre empresários e suas associações, entre a sociedade civil em geral. Pelo que, entre 2006/2008 foram desenvolvidas em conformidade com os *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)*¹⁶ e através de projectos de cooperação no âmbito do *Programa Indicativo de Cooperação (PIC)*, cujo orçamento total ultrapassa os 3 milhões de Euros, em particular na área da formação e capacitação institucional, sector no qual foram desenvolvidos cerca de $\frac{3}{4}$ dos projectos com uma afectação superior a 2 milhões de Euros.

O PIC tem por objectivos a complementaridade entre os Estados-membros, a eficiência das intervenções e da programação da *Estratégia Geral de Cooperação*, mas igualmente uma boa gestão orçamental que identifique fontes de financiamento que salvaguardem o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados membros, individual ou colectivamente. Poderão ser direccionadas fontes adicionais, superintendidas pelo Secretariado Executivo ou por grupos ligados à CPLP junto de doadores multilaterais e bilaterais.

Podemos conferir alguns exemplos recentes de cooperação económica. No âmbito económico, mais concretamente no quadro da cooperação agrícola, podemos referir, em primeiro lugar, o acordo entre a CPLP e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), assinado a 8 de Novembro de 2007, de combate à pobreza rural.

Assinalamos igualmente a assinatura de um projecto de cooperação técnica para a formulação do programa CPLP de cooperação sul/sul e norte/sul para a implementação da convenção das Nações Unidas para o combate à desertificação, entre a CPLP e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a 12 de Maio de 2008, sobretudo em prol do desenvolvimento sustentável e do combate à pobreza em Timor-Leste e nos PALOP.

¹⁶ Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/ SIDA, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; e desenvolver uma parceria global para o Desenvolvimento.

Outro exemplo, o Memorando de entendimento entre a CPLP e a Comissão Europeia, assinado a 7 de Novembro de 2007. Um acordo de complementaridade, de programas conjuntos em prol do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento económico e social, da sociedade da informação, da educação, formação e juventude; da diversidade cultural; mas também da Democracia e direitos humanos; e da prevenção, gestão e resolução de conflitos.

5. Análise SWOT

Para efeito deste trabalho de investigação foram entrevistados representantes de associações de empresas e câmaras de comércio. A impressão geral parece ser a de que CPLP e o seu Conselho Empresarial ainda estão a tomar os primeiros passos num caminho longo, com resultados a pecar por defeito, seja porque a CPLP não poderia ir mais além do que já foi; ou porque as condições ainda não estão reunidas para salvaguardar as expectativas ou mesmo as necessidades dos agentes económicos no espaço lusófono.

A Dra. Isabel Santos, Directora Executiva da Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola, é particularmente frontal ao declarar que: «A CPLP e a Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola (CCIPA), não têm tido grande relacionamento.»¹⁷. A CCIPA convida a CPLP para as suas iniciativas oficiais, no entanto, «(...) é um relacionamento principalmente, ainda, principalmente institucional, sem carácter prático.»¹⁸

O Dr. João Cabral, da Associação Comercial de Lisboa, também reconhece que a sua organização não participa nas actividades da CPLP, por “questões de calendário”¹⁹.

Admite-se a possibilidade da informação escassear ou não chegar aos seus destinatários que, em geral, desconhecem as actividades que a CPLP tem vindo a protagonizar.

¹⁷ Isabel Santos *apud* SOUSA GALITO, Maria (2009e). Entrevista à Dra. Isabel Santos. *CI-CPRI, ENT-CPLP*, N°5, p. 1.

¹⁸ *Id. Ibid.*

¹⁹ João Cabral *apud* SOUSA GALITO, Maria (2009f). Entrevista ao Dr. João Cabral. *CI-CPRI, ENT-CPLP*, N°6, p. 3.

As gerações mais novas, nascidas no período pós Revolução do 25 de Abril de 1974 e descolonização (1974/75) – sobretudo nos últimos vinte anos – parecem distantes do projecto lusófono, seja porque desconhecem as actividades da CPLP, seja por descrença em relação às suas reais capacidades no âmbito político-económico.

O Dr. João Manuel Chantre (2009), Vice-Presidente Executivo da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde, considera que: «A CPLP ainda é muito pouco na vertente económica. A verdade é essa. O Conselho Empresarial da CPLP ainda não é nada. Tem tido algumas reuniões mas não passam disso. Sem verdadeiros resultados.»²⁰

Por seu lado, o Dr. António Bustorff (2009), Presidente da Câmara de Comércio Luso-Brasileira, considera que a CPLP ainda é “um projecto”, mais precisamente: «Um projecto que começa a adquirir alguma consistência. Na fase inicial, a CPLP esteve praticamente parada.»²¹

Para Bustorff (2009), a organização internacional supramencionada, conquistou visibilidade com a criação do Conselho Empresarial da CPLP, que «(...) começa agora a adquirir alguma forma, embora ainda estejamos longe de poder referir algum resultado»²² Aliás, as parcerias, ainda “incipientes”, poderão ajudar a fomentar a CPLP do ponto de vista económico, desde que baseado em interesses comuns.

O âmbito económico parece ser uma referência também para Chantre (2009). Reconhece que: «(...) o espaço da língua portuguesa, em termos económicos, é um espaço privilegiado; da maior importância, pela sua dimensão não despreciada.»²³.

Sendo assim, para Chantre (2009) é “imperativo” que a CPLP se desenvolva do ponto de vista económico, se bem que «(...) isso ultrapassa a capacidade de apenas uma instituição.»²⁴. Admite, inclusivamente, que a CPLP «(...) tem o mérito de

²⁰ João Chantre apud SOUSA GALITO, Maria (2009b). Entrevista ao Dr. João Manuel Chantre. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, Nº2, p. 3.

²¹ António Bustorff apud SOUSA GALITO, Maria (2009c). Entrevista ao Dr. António Bustorff. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, Nº3, p. 1.

²² *Id. Ibid.*, p. 2.

²³ João Chantre apud SOUSA GALITO, Maria (2009b), *op. cit.*, p. 1.

²⁴ *Id. Ibid.*, p. 2.

institucionalizar o reconhecimento do interesse, em vários aspectos, do espaço lusófono mas estas questões discutem-se ao nível do relacionamento empresarial, a um nível mais micro da economia.»²⁵.

Sendo assim, explica o Dr. João Manuel Chantre: «É necessário que estejam todos imbuídos desse espírito cooperativo e que sejam consultados regularmente para se determinar o caminho a seguir e delinear-se uma estratégia duradoura (...)»²⁶

Bustorff (2009) parece seguir uma linha de raciocínio semelhante, consubstanciando a sua opinião com a hipótese de que «Os projectos realizam-se com grandes motivações. As motivações políticas morrem com os políticos.»²⁷. Em contrapartida: «Os projectos empresariais são realizados para transcender a vida de quem os cria e são elementos geradores de interesse (...) pelo que são projectos de futuro.»²⁸

O Dr. João Navega, Presidente da Câmara de Comércio Portugal Moçambique, realizou uma “análise SWOT” de preparação para a reunião de 24 de Outubro de 2007, com a CPLP. Neste documento escrito podemos depreender que “os elementos de partilha”, os “interesses convergentes” e que o trabalho “em rede” são considerados elementos-chave (“**Forças**”)²⁹ da CPLP.

Mas observemos a Tabela 2, onde consta a lista que o autor realizou para o que considera serem as fraquezas da CPLP.

Portanto, para Navega (2007), as “elevadas expectativas”, a “falta de sentido de pertença à Comunidade por parte dos cidadãos” e das “elites”; as “assimetrias políticas, económicas e sociais”; as limitações orçamentais; o desinteresse dos meios de comunicação pelas actividades da CPLP; e a dificuldade em obter consensos, são talvez as maiores vulnerabilidades da instituição (“**Fraquezas**”).

²⁵ João Chantre apud SOUSA GALITO, Maria (2009b), *op. cit.*, p. 2.

²⁶ *Id. Ibid.*

²⁷ António Bustorff apud SOUSA GALITO, Maria (2009c), *op. cit.*, p. 2.

²⁸ António Bustorff apud SOUSA GALITO, Maria (2009c), *op. cit.*, p. 2.

²⁹ Cf. NAVEGA, João (2007). Análise SWOT – Reunião com a CPLP. *Arquivos da CPLP*, 24 de Outubro, Lisboa, p. 2.

Tabela 2: Análise SWOT (Fraquezas)

Assimetrias	Fraquezas
Assimetrias Políticas	Estádios diferentes do desenvolvimento do Estado e das Instituições; Fragilidade Institucional de alguns países; Necessidade de obtenção de apoios financeiros para o funcionamento das instituições básicas do Estado.
Assimetrias Sociais	Número de habitantes diverge bastante entre países.
Assimetrias Económicas	PIB <i>per capita</i> muito diferente entre Estados-membros.
Orçamento da CPLP	Reduzido.
Elites	Falta de apropriação do projecto da CPLP.
Dificuldade na obtenção de Consensos	Agendas dos Estados nem sempre coincidem. Objectivos da CPLP nem sempre coincidem com outros interesses regionais e internacionais dos Estados-membros.

Fonte: Baseado em Navega (2007)³⁰

A harmonização das agendas dos Estados-membros, constituídas por prioridades diferentes (já observados na Tabela 1), também advém do facto dos países pertencerem a blocos regionais diferentes. Esta realidade, no entender de Navega (2007), aliada aos efeitos da globalização e ao progressivo afastamento entre Estados e respectivos povos no que concerne às expectativas, podem constituir **ameaças** aos interesses da CPLP³¹. O autor explica a sua posição: «Há disciplinas criadas em cada um dos blocos económicos em que cada um dos países lusófonos se insere. É uma limitação forte.»³².

Não obstante, também pode ser uma janela de possibilidades. Com base em Navega (2007), um projecto como a CPLP, tem como principais **oportunidades**: a pertença dos Estados-membros a blocos regionais diferentes, nos múltiplos contactos que daí advém e das possibilidades de financiamento que a CPLP pode obter para o espaço lusófono em sua consequência: «Mas acredito que possa haver acordos de preferência – digamos assim – ao nível dos tratados internacionais (...)»³³, até porque «A própria *Commonwealth* não deixa de existir pelo facto da Grã-Bretanha ser Estado-membro da União Europeia.»³⁴

³⁰ NAVEGA, João (2007), *op. cit.*, p.3.

³¹ *Id. Ibid.*

³² João Navega *apud* SOUSA GALITO, Maria (2009d). Entrevista ao Dr. João Navega. *CI-CPRI, ENT-CPLP*, N°4, p. 2.

³³ *Id. Ibid.*

³⁴ *Id. Ibid.*

Para Navega (2007), a CPLP pode ajudar a alimentar a comunicação Norte-Sul (“diálogo entre um hemisfério Norte Rico e um Hemisfério Sul menos rico e em vias de desenvolvimento”). O facto da CPLP possuir Estatuto de Observador nalgumas organizações internacionais e ainda poder vir a multiplicar esses contactos. A CPLP pode ainda contribuir para a resolução de questões prioritárias para os Estados-membros (ambiente, fluxos migratórios, tráfico de armas, ...) ³⁵.

Todas estas questões precisam provavelmente de ser discutidas e integradas pela sociedade civil. Os povos lusófonos vivem as suas dúvidas no terreno. Estas interrogações são fruto da experiência.

Na realidade, a sociedade civil (empresários, membros das Associações Empresariais e das Câmaras de Comércio, e os cidadãos em geral) precisa sentir a CPLP reflectida no quotidiano para lhe atribuir relevância nas suas vidas. A Confederação Empresarial da CPLP deve tentar, portanto, responder às suas necessidades e dificuldades das empresas que operam no espaço da Lusofonia.

Conclusão

A CPLP foi criada em 1996, fruto da conjugação das vontades dos Estados signatários. Desde o seu berço que foi alvo de uma evolução crescente. Entretanto, no âmbito económico-empresarial, foi criado o Conselho Empresarial da CPLP (CEcplp), em 2002, que não sendo um órgão da instituição, lhe está associado, e que tem vindo a afirmar-se como seu o pilar económico.

O CEcplp, enquanto associação sem fins lucrativos, estimula parcerias estratégicas nos mercados da CPLP, auxilia associações empresariais e investiga novas formas de financiamento, contribui para uma maior circulação de informação e de formação de recursos humanos.

O CEcplp transformou-se na Confederação empresarial da CPLP em 2010. É entendida como uma nova oportunidade para relançar a cooperação económica e empresarial no

³⁵ NAVEGA, João (2007), *op. cit.*, p. 3.

espaço lusófono, uma vez que, em relação ao anterior Conselho Empresarial da CPLP as expectativas foram defraudadas, embora, a instituição possa ter feito o que pôde com base nos recursos disponíveis.

Para obter melhores resultados e assegurar a própria sobrevivência futura da CPLP, considera-se indispensável que a sociedade civil seja incluída e acarinhada no processo.

Foram consultadas associações empresariais e câmaras de comércio precisamente com o objectivo de reunir informação privilegiada e actualizada sobre as necessidades de terreno e sobre a visão que os cidadãos possuem da CPLP. Os resultados obtidos confirmam a hipótese de que a sociedade civil pouco conhece sobre as actividades da CPLP e que participa nelas de forma limitada. Uma questão preocupante, uma vez que o tecido empresarial do espaço lusófono também é sociedade civil, constituída, na sua maioria, por PME que ganhariam com toda a ajuda possível no seu processo de internacionalização.

É importante coordenar a hierarquia de diferentes prioridades dos Estados-membros da CPLP, agarrar as oportunidades e fazer face às ameaças ao projecto comunitário. No que concerne ao âmbito económico, ainda não completamente explorado, deve avaliar correctamente as vantagens e ultrapassar as fraquezas do espaço de comércio e investimento, e continuar a lutar para que a Confederação Empresarial da CPLP não seja apenas uma instituição física que dinamiza reuniões multilaterais, mas tenha respostas e obtenha resultados positivos baseados numa visão de futuro.

Bibliografia

- CARLOS, António S. (2001). Uma organização sólida e genuína. *Boletim CPLP*, Ano V, N.º 8, Edição Especial V Aniversário, Julho, pp. 12-13
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2004). Estatutos do conselho Empresarial da CPLP, Economia e Empresas. URL: <http://www.cplp.org/id-396.aspx>
- ENNES FERREIRA, Manuel e ALMAS, Rui (1997). Les Contours Économiques de la CPLP. *Lusotopie*, Éditions L'Harmattan, pp. 11-34.

- NAVEGA, João (2007). Análise SWOT – Reunião com a CPLP. *Arquivos da CPLP*, 24 de Outubro, Lisboa, pp. 1-5.
- SOCIEDADE PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO (S/d). Objecto Social. *Instituição Financeira de Crédito SA*, A SOFID. URL: <<http://www.sofid.pt>>
- SOUSA GALITO, Maria (2009a). Entrevista ao Dr. Francisco Mantero. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°1, pp. 1-5.
- SOUSA GALITO, Maria (2009b). Entrevista ao Dr. João Manuel Chantre. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°2, pp. 1-7.
- SOUSA GALITO, Maria (2009c). Entrevista ao Dr. António Bustorff. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°3, pp. 1-10.
- SOUSA GALITO, Maria (2009d). Entrevista ao Dr. João Navega. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°4, pp. 1-10.
- SOUSA GALITO, Maria (2009e). Entrevista à Dra. Isabel Santos. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°5, pp. 1-6.
- SOUSA GALITO, Maria (2009f). Entrevista ao Dr. João Cabral. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°6, pp. 1-6.
- SOUSA GALITO, Maria (2010a). Entrevista ao Embaixador Miguel Costa Mkaima. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°8, pp. 1-6.
- SOUSA GALITO, Maria (2010b). Entrevista ao Prof. Dr. Luís Cláudio Gomes Santos. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°12, pp. 1-9.
- SOUSA GALITO, Maria (2010c). Entrevista ao Dr. Francisco Murteira Nabo. *CI-CPRI*, ENT-CPLP, N°13, pp. 1-9.

Link:

- CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DA CPLP. URL: <http://www.cecplp.org/>